DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Organizadores

João Cândido André da Silva Neto

Natacha Cíntia Regina Aleixo

Leonice Seolin Dias

1ª Edição

2017

ANAP

Organizadores
João Cândido André da Silva Neto
Natacha Cíntia Regina Aleixo
Leonice Seolin Dias

Dinâmicas Socioambientais na Amazônia Brasileira

1ª Edição

TUPÃ-SP
ANAP
2017

Editora

ANAP - Associação Amigos da Natureza da Alta Paulista
Pessoa de Direito Privado Sem Fins Lucrativos
Fundada em 14 de setembro de 2003
Rua Bolívia, nº 88, Jardim América,
Cidade de Tupã, Estado de São Paulo.
CEP 17.605-310

Contato: (14) 3441-4945
www.editoraanap.org.br
www.amigosdanatureza.org.br
editora@amigosdanatureza.org.br

Revisora ortográfica: Érika Yurie Fujiwara

Capa: Área portuária da cidade de Tefé, capturada no por do sol nas margens do rio Tefé. Silva Neto, 2013.

Organizadores

João Cândido André da Silva Neto

Possui graduação em Geografia (bacharelado) pela UFMS/CPAQ (2005), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul CPAQ (2008) e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente (2013). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal do Amazonas. Atuou como Professor Adjunto do curso de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas - Centro de Estudos Superiores de Tefé de 2013 a 2016. Tem experiência na área de Geografia Física, com ênfase em Geomorfologia, Cartografia, Sistemas de Informações Geográficas, Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento.

Natacha Cíntia Regina Aleixo

Possui graduação em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista-Ourinhos (2008) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista campus Presidente Prudente (2012) com período sanduíche na Universidade de Coimbra/Portugal. Atua como pesquisadora do Grupo de Pesquisa Gaia-interações superfície, água e atmosfera e do Grupo de Pesquisa Geotecnologias e Análise da Paisagem. Atualmente é professora Adjunta do curso de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Tem experiência na área de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: climatologia geográfica, bioclimatologia humana, geografia da saúde e saúde ambiental.

Leonice Seolin Dias

Possui graduação em Ciências pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Tupã-SP; graduação em Teologia pela Faculdade Teológica Batista de Araraquara-SP; Habilitação em Biologia pelas Faculdades Adamantinenses Integradas de Adamantina-S; Especialização em Ciências Biológicas e Mestrados em Ciências Biológicas e em Ciência Animal pela Universidade do Oeste Paulista de Presidente Prudente-SP; Doutorado em Geografia pela Faculdade de Ciencias e Tecnologia/Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente-SP (2016).

Conselho Editorial Interdisciplinar

Profª Drª Alba Regina Azevedo Arana – UNOESTE
Profª Drª Angélica Góis Morales – UNESP – Campus de Tupã
Prof. Dr. Antônio Cezar Leal – FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente
Prof. Dr. Antonio Fábio Sabbá Guimarães Vieira – UFAM
Prof. Dr. Antonio Fluminhan Jr. – UNOESTE
Prof. Dr. Arnaldo Yoso Sakamoto – UFMS
Prof. Dr. Daniel Dantas Moreira Gomes – UPE – Campus de Garanhuns
Profª Drª Daniela de Souza Onça – UDESC
Prof. Dr. Edson Luís Piroli – UNESP – Campus de Ourinhos
Prof. Dr. Eraldo Medeiros Costa Neto – UEFS
Prof. Dr. Erich Kellner – UFSCAR
Profª Drª Flávia Akemi Ikuta – UFMS
Prof. Dr. Frederico dos Santos Gradella - UFMS - *Campus* de Três Lagoas
Profª Drª Isabel Cristina Moroz Caccia Gouveia– FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente
Prof. Dr. Isaque dos Santos Sousa – UEA/Manaus
Prof. Dr. Joao Osvaldo Rodrigues Nunes– FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente
Prof. Dr. Jorge Amancio Pickenhayn – Universidade de San Juan – Argentina
Prof. Dr. José Carlos Ugeda Júnior – UFMS
Prof. Dr. José Manuel Mateo Rodriguez – Universidade de Havana – Cuba
Prof. Dr. José Mariano Caccia Gouveia – FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente
Prof. Dr. Junior Ruiz Garcia – UFPR
Profª Drª Jureth Couto Lemos – UFU
Profª Drª Kênia Rezende – UFU
Prof. Dr. Luciano da Fonseca Lins – UPE – Campus de Garanhuns
Profª Drª Maira Celeiro Caple – Universidade de Havana – Cuba
Profª Drª Marcia Eliane Silva Carvalho – UFS
Prof. Dr. Marcos Reigota – Universidade de Sorocaba
Profª Drª Maria Betânia Moreira Amador – UPE – Campus de Garanhuns
Profª Drª Maria Helena Pereira Mirante – UNOESTE
Profª Drª Martha Priscila Bezerra Pereira – UFCG
Prof. Dr. Oscar Buitrago Bermúdez- Universidad del Valle, Cali – Colombia
Prof. Dr. Paulo Cesar Rocha – FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente
Prof. Dr. Pedro Fernando Cataneo – UNESP – Campus de Tupã
Prof. Dr. Rafael Montanhini Soares de Oliveira – UTFPR
Profª Drª Regina Célia de Castro Pereira – UEMA
Prof. Dr. Reginaldo José de Souza - UFFS - *Campus* de Erechim
Profª Drª Renata Ribeiro de Araújo – FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente
Prof. Dr. Ricardo Augusto Felício – USP
Profª Drª Roberta Medeiros de Souza – UFRPE – Campus Garanhuns
Prof. Dr. Roberto Rodrigues de Souza – UFS
Prof. Dr. Rodrigo José Pisani – Unifal
Prof. Dr. Rodrigo Simão Camacho – UFGD
Prof. Dr. Ronaldo Rodrigues Araújo – UFMA
Profª Drª Rosa Maria Barilli Nogueira – UNOESTE
Profª Drª Simone Valaski – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Silvia Cantoia – UFMT – Campus Cuiabá
Profª Drª Sônia Maria Marchiorato Carneiro – UFPR

N469d Dinâmicas Socioambientais na Amazona Brasileira / João Cândido André da Silva Neto, Natacha Cíntia Regina Aleixo e Leonice Seolin Dias – Tupã: ANAP, 2017.

134 p ; il. Color. 21,0 cm

ISBN 978-85-68242-38-4

1. Amazônia. 2. Socioambiental. 3. Geografia. 4. Climatologia. 5. Geomorfologia.
I. Título.

CDD: 900
CDU: 911/49

Índice para catálogo sistemático
Brasil: Geografia

Sumário

Prefácio **08**

Apresentação **12**

Dedicatória **14**

Capítulo 1 **16**
ANÁLISE TEMPORO-ESPACIAL DO USO DA TERRA E COBERTURA VEGETAL NO BAIXO RIO TEFÉ – AMAZONAS
João Cândido André da Silva Neto
Natacha Cíntia Regina Aleixo

Capítulo 2 **30**
O CAMPO TÉRMICO E HIGROMÉTRICO NA ÁREA URBANA DE TEFÉ-AMAZONAS: UMA ANÁLISE PRELIMINAR
Elklândia Gomes da Silveira
Natacha Cíntia Regina Aleixo
João Cândido André da Silva Neto

Capítulo 3 **45**
CARACTERIZAÇÃO DA TEMPERATURA, pH E CONDUTIVIDADE ELÉTRICA DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS NA COMUNIDADE FLUTUANTE DO CATALÃO, IRANDUBA – AMAZONAS
Marcos Fabricio Leal
Flávio Wachholz

Capítulo 4 **59**
MORFODINÂMICA NO RIO SOLIMÕES E SUAS IMPLICAÇÕES PARA TABATINGA-AM
Francisco Gleison de Souza

Capítulo 5 **72**
VULNERABILIDADE DO RELEVO À PERDA DE SOLOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CAIAMBÉ, MÉDIO SOLIMÕES-AM
João Cândido André da Silva Neto
Geisa Ribeiro Gonçalves
Natacha Cíntia Regina Aleixo

Capítulo 6
AS VILAS DO ALTO SOLIMÕES: PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NO AMAZONAS, BRASIL **88**
Tatiana Schor

Capítulo 7
AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR: NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A AGRICULTURA CAMPONESA NO ALTO SOLIMÕES, AMAZONAS, BRASIL **104**
José Aparecido Lima Dourado

Capítulo 8 **116**
TÃO LONGE, TÃO PERTO! DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS ENTRE DOIS MUNICÍPIOS AMAZÔNICOS LIMÍTROFES: ALTAMIRA E SÃO FÉLIX DO XINGU, PARÁ
Ricardo de Sampaio Dagnino

Capítulo 8

TÃO LONGE, TÃO PERTO! DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS ENTRE DOIS MUNICÍPIOS AMAZÔNICOS LIMÍTROFES: ALTAMIRA E SÃO FÉLIX DO XINGU, PARÁ

Ricardo de Sampaio Dagnino[19]

INTRODUÇÃO

O estudo das populações e as formas de ocupação do espaço amazônico, além de não ser tarefa fácil, em decorrência de uma série de limitações técnicas e teóricas, é uma tarefa que muitas vezes avança em direção a um debate muito relevante para a sociedade brasileira, qual seja, o estado atual e a dinâmica de uma das mais estratégicas regiões da América do Sul.

Este trabalho realiza uma reflexão baseada nos dados primários dos Censos demográficos de 2000 e 2010, e em referências secundárias apresentando as diferenças e semelhanças entre dois municípios paraenses, Altamira e São Félix do Xingu, que até 1961 formavam uma única área, o município de Altamira.

Para tanto, é utilizada uma abordagem que vai além da escala municipal e está atenta para as dinâmicas nos espaços intramunicipais: sedes municipais, vilas, povoados rurais e Áreas Protegidas (AP), tais como Unidades de Conservação (UC) e Terras Indígenas (TI).

Dentro do imaginário brasileiro sobre a Amazônia destacam-se dois pontos de vista complementares: de um lado, estão as noções de uma paisagem uniforme e monótona, que não tem aderência com a compartimentação e a diversidade fisiográfica e ecológica identificada por Ab'Sáber (1996a, p. 131) e a ideia de homogeneidade que não reconhece as diferenças internas (BECKER, 2001). De outro lado, está a ideia de um "vazio demográfico" que esteve presente desde os primeiros projetos de ocupação da região e cuja propaganda mais emblemática era de "terra sem gente, para gente sem terra". A noção de paisagem homogênea, no fundo, colabora com a proposta de substituir o "inferno verde" para dar

[19] Geógrafo, Mestre em Geografia e Doutor em Demografia. Pesquisador do Laboratório Urbanização e Mudanças no Uso e Cobertura da Terra (l-UM) da Universidade Estadual de Campinas. Pesquisador de Pós-Doutorado na Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas e bolsista do projeto Observatório das Migrações em São Paulo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
E-mail: ricardosdag@gmail.com.

lugar ao progresso e ao desenvolvimento. A justificativa de que se tratava de um espaço florestal sem população foi um dos argumentos utilizados para que assim fosse mais fácil cometer atrocidades com as populações pré-existentes na região, como os indígenas e seus descendentes. Os espaços relativamente pouco ocupados e esparsamente povoados existiam de fato e permanecem até os dias atuais. Mas espaço desabitado não representa necessariamente que não seja utilizado para extração de recursos e preservação de modos de vida. Pelo contrário, o que se sabe, atualmente, é que existe na Amazônia uma grande diversidade de grupos sociais, em grande medida ainda desconhecida ou pouco valorizada (PAGLIARO et al., 2005).

Sobre essas áreas aparentemente monótonas e vazias foi pensada uma geopolítica de expansão e consolidação das fronteiras do Brasil. Em termos populacionais, os sem-terra do Sul e os retirantes da seca do Nordeste iriam para as áreas rurais da Amazônia, ao invés de inflar o meio urbano com seu êxodo rural. A partir dos anos de 1960, a dinâmica migratória da região foi marcada pela força centrífuga de grandes fluxos de migrantes inter-regionais em direção à região Norte (MARTINE; CAMARGO, 1984). Dos anos 60 para os dias atuais, ocorreram intensas mudanças na mobilidade espacial da população no Brasil, que passou a experimentar a migração de retorno (CUNHA, 2006; CUNHA; BAENINGER, 2005). Na Região Norte, além da migração de retorno, ocorreu a transição de uma área de atração para virar uma área consolidada no período 1986-1991, e mais recentemente, uma área de expulsão, devido à perda de dinamismo econômico no período pós 1990 (BAENINGER, 2002).

O paradoxo da expansão da fronteira na Amazônia foi o crescimento da urbanização. Grande parte do fluxo de migrantes terminou em ocupações e atividades econômicas não agrícolas, muitas vezes localizados em áreas urbanas (MARTINE; TURCHI, 1988, p. 188; OLIVEIRA, 1996, p. 187). A importância das áreas urbanas para entender a Amazônia foi tão grande, que muitos autores passaram a denunciar a antiga propaganda de uma floresta intocada e vazia contrapondo a esta, a visão de uma “floresta urbanizada”, termo cunhado por Bertha Becker nos anos de 1980 (BECKER, 2005, p. 73), de uma “urbanização extensiva”, descrita por Monte-Mór (1994) a partir das “conexões entre a urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais” e culminando com uma “urbe amazônida” (BECKER, 2013).

Para contextualizar a urbanização atual da Amazônia, os dados do Censo 2010 (IBGE, 2011a), processados por Dagnino (2014), mostram que na maior parte dos 771 municípios que fazem parte da Amazônia Legal, predomina a população urbana. Lembrando que os dados oficiais seguem a classificação do IBGE para área rural e urbana, e este órgão obedece a divisão político-administrativa estabelecida pelas prefeituras e pelas leis municipais vigentes até uma certa data definida para cada Censo. No caso do Censo 2010, foi 31 de julho de 2010 (IBGE, 2011b, p.18). Contudo, o IBGE possui a liberdade de realizar uma classificação das áreas urbanas ou rurais utilizando alguma das oito subcategorias existentes (IBGE, 2003, p. 7-8, p. 25-26).

Apesar da grande urbanização, o peso da população residindo em áreas rurais é significativo: são 27,5% da população dos municípios da Amazônia Legal residindo no meio rural, enquanto que no Brasil, este percentual é de 15,6%. Especificamente em São Félix do Xingu (SFX), 50,6% residem no meio rural e em Altamira (ATM) esse percentual é de 15,1%. Em 280 dos 771 municípios, que correspondem a 36,3% do total de municípios, o grau de urbanização (que equivale ao percentual de população urbana em relação à população total) é inferior a 50%, ou seja, predomina a população rural sobre a urbana. A concentração da população em pequenas áreas fica evidente ao constatar que, em 2000, 93% da população da Amazônia Legal vivia em 18% da área (HOGAN et al., 2008, p. 109-110).

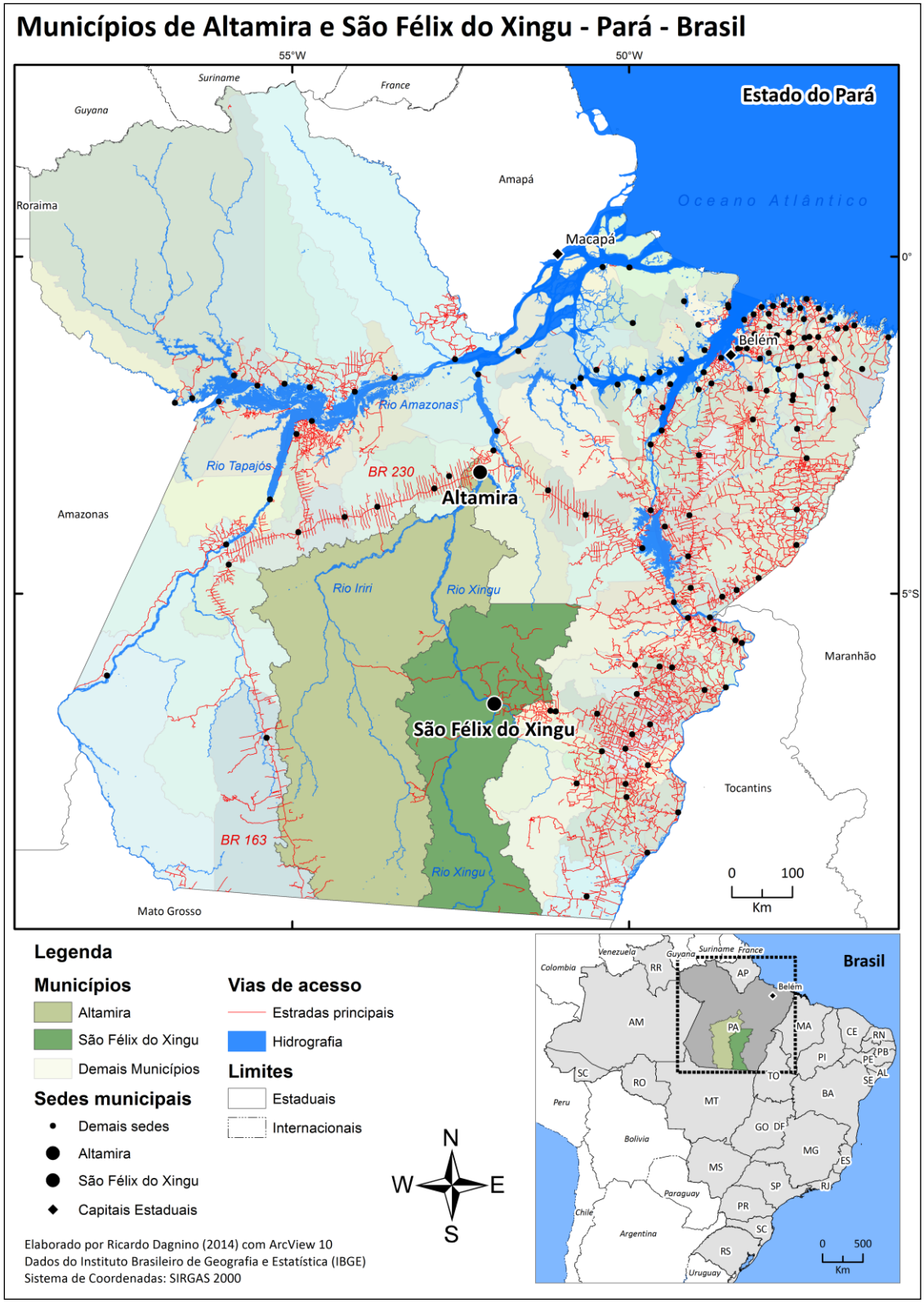
ALTAMIRA E SÃO FÉLIX DO XINGU: PROCESSOS DE OCUPAÇÃO E ECONÔMICOS

No sul do estado do Pará, onde o crescente processo de urbanização convive com altas taxas de queimadas e desflorestamento dentro da área conhecida como Arco do Desmatamento da Amazônia (BECKER, 2007), localizam-se os municípios de Altamira e São Félix do Xingu (Mapa 1). Municípios estes, inseridos em um contexto regional de expansão das fronteiras e que aparecem muitas vezes associados à grilagem; especulação de terras, que são utilizadas por proprietários não para a produção, mas como reserva de valor (SAWYER, 1984, p. 23-24); criação de gado em Áreas Protegidas; ocupação privada de terras públicas e precárias condições de trabalho em fazendas, inclusive escravidão (SCHMINK; WOOD, 2012; THÉRY et al., 2012) e a precariedade das condições de vida em áreas isoladas (BRUM, 2004).

A gênese de São Félix do Xingu (SFX) está diretamente ligada à Altamira (ATM) de onde o território foi desmembrado em 1961. Já ATM foi originado bem antes, depois da divisão do município de Souzel, em 1911. Atualmente, ATM é o maior município do Brasil em termos de área territorial e SFX é o sexto. Nos territórios dos dois municípios, predominam as áreas rurais e de floresta de baixa densidade demográfica, e as populações estão bastante concentradas em áreas urbanas de cidades e vilas ou aglomerados rurais, como povoados e aldeias. Entretanto, se ATM possui apenas duas áreas urbanas – a sede municipal localizada ao norte do município, às margens do Rio Xingu e da BR-230 (Transamazônica) e a sede distrital de Castelo dos Sonhos, localizada no sul do município e distante, por via aérea, cerca de 650 km da cidade de Altamira –, SFX possui cinco áreas urbanas, além da sede municipal, são quatro vilas (sedes distritais): Ladeira Vermelha, Nereu, Taboca e Lindoeste, criadas entre os anos de 2000 e 2010.

Apesar de um passado comum, ATM e SFX enquadram-se em processos de crescimento e concentração urbana distintos. Por um lado, SFX viveu um processo de "urbanização espontânea" (BECKER, 1985, p. 363), isto é, quando ocorre ação indireta do Estado com estradas e incentivos fiscais, vilas e povoados dispersos dominados por centros regionais e ausência de cidades médias. Esta não é uma característica somente de SFX e ocorre em grande parte da região sudeste do Pará, onde SFX está localizada (AMARAL et al., 2001, p. 23-24). Além disso, esta "urbanização espontânea" parece caracterizar as áreas urbanas da Vila Taboca, que se destaca pela grande quantidade de habitantes e a importância histórica para a mineração, e a Vila Lindoeste, pela sua relação com a agricultura familiar. Por outro lado, em ATM, pelo menos na sua fase mais recente de ocupação, e, sobretudo, com relação a sua sede localizada às margens da BR-230 (Transamazônica), ocorreu uma "urbanização dirigida" (BECKER, 1985, p. 364), ou seja, quando existe um processo executado pelo Estado ou companhias colonizadoras particulares, fundamentada no urbanismo rural do INCRA.

Mapa 1 – Localização dos Municípios de Altamira e São Félix do Xingu.



Fonte: Censo 2010 (IBGE, 2011a). Elaboração: Autor, 2015.

O mesmo padrão "dirigido" colaborou na consolidação da Vila Castelo dos Sonhos (CDS), um centro urbano do município de Altamira que desponta como um importante entreposto localizado no meio do trajeto entre Cuiabá e Santarém. Caracterizada por uma urbanização que cresce alimentada pela expectativa de asfaltamento da rodovia federal BR-163, que atravessa a vila, e pela expulsão da população do campo, motivada pela concentração fundiária, violência no campo, especulação e grilagem (RIBEIRO e CASTRO, 2008, p. 193). Devido a sua importância regional e autonomia perante a sede municipal, Castelo dos Sonhos poderia ser caracterizada, utilizando a tipologia espacial proposta por Cardoso e Lima (2006, p. 74), como "Sede de município ou agrovila à margem de rodovia", apesar de ser uma sede distrital e não uma sede municipal.

A importância das estradas na configuração do território é marcante em toda a Amazônia oriental e em Altamira e São Félix do Xingu isso não é diferente. Para perceber o motivo disso, observe o exemplo da BR-163. Essa estrada corta verticalmente o Brasil e serviu de rota para os imigrantes vindos do interior da Região Sul, seguindo a sucessão de ciclos econômicos em direção à Região Norte. Assim, em décadas passadas, essa estrada serviu de acesso à região do Rio Tapajós para trabalhadores que seguiram o ciclo do garimpo depois do fechamento da Serra Pelada e o ciclo da madeira a partir do norte do Mato Grosso (BARBIERI, 2000; SAUER, 2005, p. 114; GUEDES, 2005, p. 11; SANTOS JÚNIOR et al., 2008, p. 43). Nos últimos anos, ela tem servido como um dos principais eixos para a logística de exportação da soja brasileira, ligando as lavouras do interior do Mato Grosso até o porto de Santarém, no Rio Amazonas. Por fim, destaca-se o papel da BR-163 como um dos vetores do avanço do desmatamento em direção à SFX sobre as florestas e a região da Terra do Meio. Embora essas ligações não sejam identificadas por sobrevoos ou imagens de satélite, os relatos apontam que existem ligações da BR-163 com SFX, seja partindo da Vila de Castelo dos Sonhos, atravessando o Rio Iriri e mais de 400 km pela floresta em direção à cidade de SFX (CASTRO et al., 2002, p. 8, p. 28, p. 67), ou no caminho contrário, saindo de SFX em direção à ATM, motivada pelo avanço da frente madeireira vinda de Redenção e da rodovia estadual PA-150 (SANTOS JÚNIOR et al., 2008, p. 53).

A história econômica da Amazônia se entrelaça com as histórias de Altamira e São Félix do Xingu desde os ciclos extrativistas da borracha e recursos minerais até o momento atual de expansão da indústria extrativa mineral altamente tecnificada. Assim, o Pará é o estado brasileiro que atualmente representa a mais impressionante expansão mineral-metalúrgica e elétrica (SEVÁ FILHO, 2008, p. 4). Porém, é importante referenciar espacialmente que grande parte dessa expansão se dá em territórios intraestaduais bem definidos e conectados. Exemplo disso são os processos de extração, beneficiamento e transporte dos minérios realizados na mesorregião Sudeste Paraense – que abrange São Félix do Xingu – onde 63,44% do território está coberto por poligonais requeridas para mineração, muitos deles localizados dentro de Áreas Protegidas (CORRÊA, 2011, p. 10). Esses processos estão ligados à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, tornando o Rio Xingu, na região de ATM, uma grande jazida de megawatts para alimentar, entre outras atividades, a indústria extrativa na região de SFX. Por outro lado, Altamira, diferentemente de São Félix do Xingu, ocupa no estado uma posição econômica estratégica em relação aos espaços sub-regionais e tem como principal função a formação do mercado e o desenvolvimento da produção e a circulação ampliada (SANTOS JÚNIOR et al., 2008, p. 26-27).

Os processos econômicos possuem reflexos nas formas e ritmos da distribuição espacial da população, os quais podem ser mensurados na escala local. Em SFX, a atividade mineradora destaca-se na formação da cidade e das demais localidades sendo que os primeiros assentamentos surgem como complementos à atividade mineradora (CASTRO et al., 2002, p. 118). Durante o período que vai do auge do garimpo, entre 1978 e 1979, até a conclusão da estrada PA-279, em 1983, as áreas rurais de extração mineral atraíram tantos trabalhadores que a população da cidade diminuiu revertendo a tendência de crescente urbanização, tendência esta que foi retomada a partir de 1983, depois da estrada concluída, com o aumento da população na cidade e na beira da estrada (SCHMINK; WOOD, 2012, p. 377). Associado ao processo de enfraquecimento das áreas de garimpo, no princípio dos anos 1980, teve início o declínio dos povoados ribeirinhos em SFX em função do aumento da população nos assentamentos na sede do município, segundo Monte-Mór (1984) apud Schmink e Wood (2012, p. 360).

Atualmente, a concentração das populações em vilas não está mais tão associada à mineração e pode ser o reflexo da vocação pecuária de SFX, que a colocou como um dos principais municípios criadores de gado do Brasil (SAIFI; DAGNINO, 2010).

Em ATM, os efeitos da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte se tornam espacialmente evidentes através de alterações como: (1) o aumento populacional que ocorreu depois de 2010, com o anúncio da construção da Usina (SAIFI; DAGNINO, 2011; DAGNINO; SAIFI, 2011); (2) o intenso crescimento da população indígena na cidade entre 2000 e 2010 (SIMONI, 2013, p. 71) sendo muitos desses indígenas, em especial a população Xipaya, encontram-se em situação de risco em decorrência do alagamento de áreas habitadas durante a formação do reservatório da Usina (SIMONI; DAGNINO, 2016). Destaca-se que existem outras alterações que merecem mais estudos e que podem ser melhor entendidas à luz do trabalho de Oswaldo Sevá Filho (2005).

ATM E SFX: UM RETRATO EM 2010

Os dados do Censo 2010 (IBGE, 2011a) indicam que o município de Altamira (ATM) ocupa uma área territorial de 160 mil km² onde vivem 99 mil habitantes, e São Félix do Xingu (SFX) ocupa 84 mil km², onde residem 91 mil pessoas. Em termos relativos, a soma das áreas de ATM e SFX representa 19,6% do Pará e 2,9 % do território nacional, porém, em termos de população residente, essa relação passa a ser de 2,5 % da população paraense e 0,1% da nacional. Em relação aos 5565 municípios brasileiros, ATM é o 1º município brasileiro em termos de área territorial e o 286º no ranking de município com mais população, o que o coloca na posição 5528 em densidade demográfica, ou seja, um dos municípios com menor densidade do Brasil. São Félix do Xingu é o 6º maior município, está em 309º lugar no ranking de população, 5471º no ranking de densidade e em 4º lugar entre os municípios com maior taxa de crescimento anual de população (entre 2000 e 2010, cresceu 10,2 % ao ano (a.a.). Assim, pode-se afirmar que eles estão entre os municípios menos densos do país, o que é diferente de dizer que exista um vazio demográfico.

As populações de ATM e SFX se distribuem pelos setores censitários classificados como rurais e urbanos pelo IBGE (2011a) de maneira bastante distinta (Tabela 1). Em ATM, o grau de urbanização já era maior que 80% em 2000, superior ao estado do Pará e bastante próximo ao brasileiro. Em SFX, mesmo que a população urbana tenha crescido 13,67% a.a.

no período e o grau de urbanização tenha crescido nas últimas décadas, passando de 36% para 49%, a população rural ainda é predominante e cresceu 7,6 % a.a. no período recente.

Avançando na análise da escala intramunicipal (Tabela 2), os dados do Censo 2010 (IBGE, 2011a) permitem concluir que se trata de uma distribuição da população bastante polarizada nas áreas urbanas: 67,9% da população reside nessas áreas, sendo 58,48% nas cidades e 9,38% nas vilas. As áreas rurais dos dois municípios abrigam 32,15% da população, sendo 5,2% em Terras Indígenas, 4,6% em Unidades de Conservação e 22,4% em localidades como povoados, núcleos e demais áreas rurais. Nota-se grande diferença entre as densidades demográficas nas áreas urbanas e nas rurais, nas primeiras, ela fica em torno de 1000 habitantes por quilômetro quadrado[20], enquanto que nas áreas rurais, a densidade não ultrapassa 1,2 hab./km².

Tabela 1 – Brasil, estado do Pará, Altamira e São Félix do Xingu: População total, urbana e rural, e grau de urbanização, em 2000 e 2010, e taxas de crescimento (% ao ano) da população total, urbana e rural e urbana, entre 2000-2010.

População e Grau de Urbanização	**Ano e taxa de crescimento geométrico anual do período**	**Unidade Territorial**			
		Altamira	**São Félix do Xingu**	**Pará**	**Brasil**
População Total	2000	77 439	34 621	6 192 307	169 799 170
	2010	99 075	91 340	7 581 051	190 755 799
	2000-2010	2,49% a.a.	10,19% a.a.	2,04% a.a.	1,17% a.a.
População Urbana	2000	62 285	12 530	4 120 693	137 953 959
	2010	84 092	45 113	5 191 559	160 925 804
	2000-2010	3,05% a.a.	13,67% a.a.	2,34% a.a.	1,55% a.a.
População Rural	2000	15 154	22 091	2 071 614	31 845 211
	2010	14 983	46 227	2 389 492	29 829 995
	2000-2010	-0,11% a.a.	7,66% a.a.	1,44% a.a.	-0,65% a.a.
Grau de urbanização	2000	80,4%	36,2%	66,5%	81,2%
	2010	84,9%	49,4%	68,5%	84,4%

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 2000 (IBGE, 2003) e 2010 (IBGE, 2011a). Organização: Autor, 2015.

Nota: Taxa de crescimento foi calculada pelo autor e refere-se ao crescimento geométrico anual do período entre 2000 e 2010. Grau de urbanização foi calculado pelo autor como o percentual de população residente em áreas urbanas em relação ao total.

[20] Importante notar que esta densidade demográfica nas áreas urbanas é calculada em Sistema de Informação Geográfica com base nos dados dos setores do Censo 2010 (IBGE, 2011a) da seguinte forma, tendo como exemplo uma cidade (sede municipal): População residente nos setores censitários da área urbana do distrito sede dividido pela soma da área (km²) dos setores censitários urbanos da sede.

Tabela 2 – Unidades territoriais intramunicipais de Altamira e São Félix do Xingu, 2010: área (km²), população residente, em valores absolutos e percentuais, e densidade demográfica.

Unidades territoriais intramunicipais	**Área (km²)**		**População residente em 2010**		**Densidade demográfica[1]**
	Área	Part. %	População	Part. %	
	120				
Terras Indígenas [2]	608	50,36	9 776	5,13	0,08
Unidades de Conservação [2]	81 739	34,13	8 698	4,57	0,11
Cidades [3]	103	0,04	111 353	58,48	1 078,6
Vilas [4]	20	0,01	17 852	9,38	900,1
Demais áreas rurais	37044	15,47	42 736	22,44	1,2
	239				
Municípios de ATM e SFX (Total)	514	100	190 415	100	0,8

Fonte: IBGE – Censo 2010 (IBGE, 2011a) – Dados do Universo agregados por setores censitários.
Organização: Autor, 2015.

1. Calculada em Sistema de Informação Geográfica a partir dos dados populacionais e áreas (km²) dos setores censitários.
2. Levou-se em conta somente a área e a população dentro dos municípios de Altamira e São Félix do Xingu.
3. Cidades são áreas urbanas definidas como sedes municipais.
4. Vilas são áreas urbanas definidas como sedes distritais.

ÁREAS PROTEGIDAS: TERRAS INDÍGENAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

No Brasil, as Unidades de Conservação (UC) e Terras Indígenas (TI) são Áreas Protegidas (AP), podendo ser entendidas como pertencentes a uma "malha programada" (BECKER, 1999, p. 30), no sentido que são territórios criados e diretamente geridos por instituições federais/estaduais e superpostos à divisão político-administrativa municipal. Além disso, a criação de Áreas Protegidas reforça a posição de destaque internacional do Brasil em termos de riqueza em biodiversidade e sociodiversidade (AZEVEDO, 2013) e na capacidade de associação entre elas, no que se conhece por sociobiodiversidade, como sendo uma alternativa que unifica conservação ambiental, desenvolvimento econômico e equidade socioeconômica.

Nos municípios de Altamira e São Félix do Xingu, esta malha da sociobiodiversidade é formada por 23 AP – 14 TI e nove UC – e ocupa cerca de 200 mil quilômetros ou 85% do território, com 18 mil residentes ou cerca de 10% da população total dos dois municípios, o que representa uma baixa densidade demográfica, de 0,08 hab./km² (Mapa 2, Tabela 2).

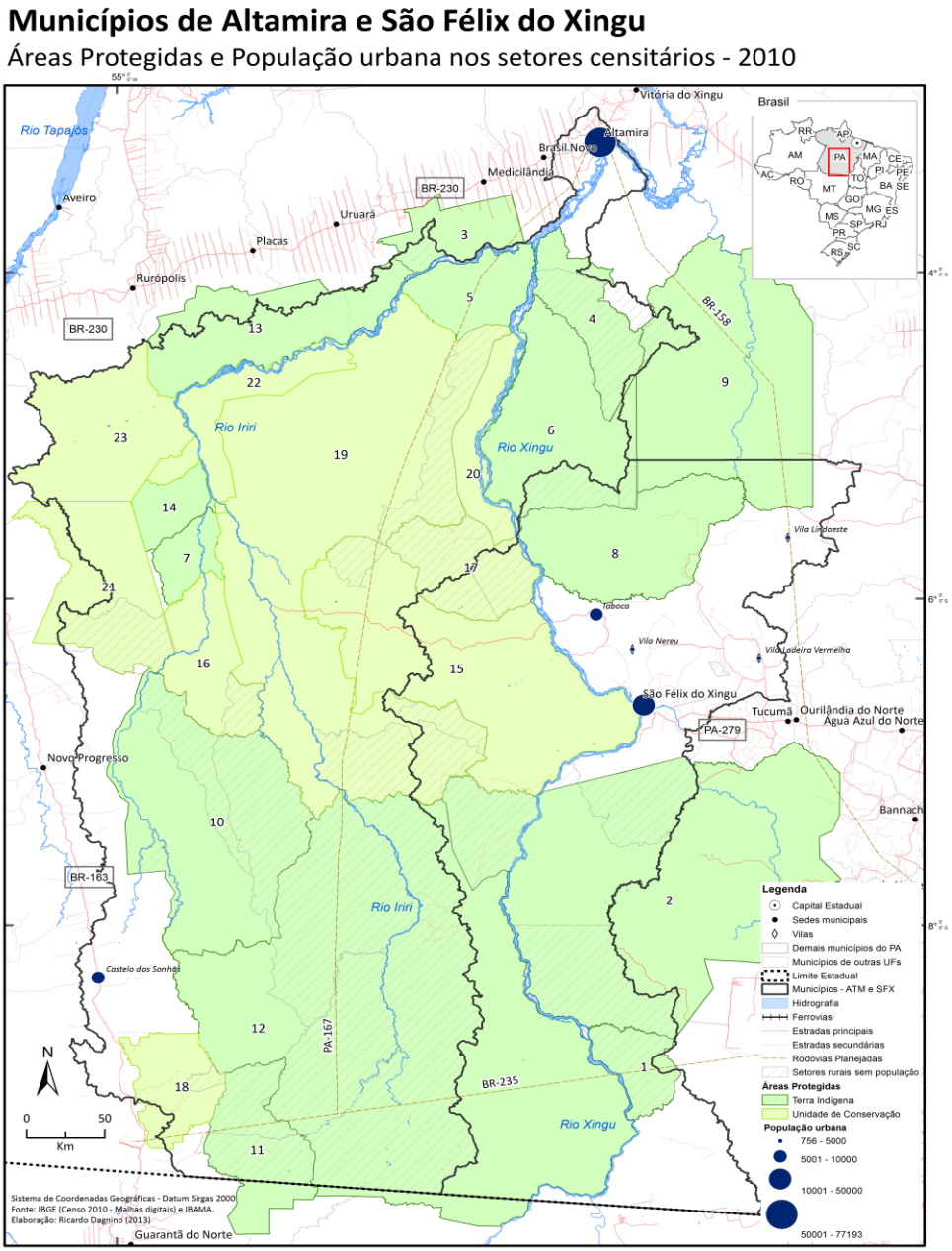
Nesta região, as Áreas Protegidas foram criadas depois de intensa negociação entre atores governamentais e não governamentais e procuram atender a diversos objetivos, sendo que dentre eles estão: barrar os avanços do desmatamento e formar um dos maiores mosaicos

de AP do mundo (DAGNINO et al., 2010). O Mosaico da Terra do Meio (TDM) é formado por nove APs – sete UCs (ESEC Terra do Meio, PARNA Serra do Pardo, RESEX Riozinho do Anfrísio, RESEX Rio Xingu, RESEX Rio Iriri, APA Triunfo do Xingu, Floresta Estadual Iriri) e duas TIs (TI Kuruaya e TI Xipaya). Possui 77,4 mil quilômetros quadrados, onde residiam 8,6 mil pessoas em 2010 (DAGNINO, 2014), e é delimitado pelo Rio Xingu, a leste, o estado do Mato Grosso, ao sul, e as rodovias BR-163, a oeste e Transamazônica ou BR-230, ao norte. Em relação à redução do desmatamento, as APs justificam-se, pois, os vetores do desmatamento nesta região vinham de duas direções: de um lado avançavam a pecuária, a mineração e outros interesses, partindo do município de São Félix do Xingu; de outro, o avanço da agricultura e da agroindústria desde o estado do Mato Grosso e o sul do município de Altamira, avançando em direção à BR-163 (ESCADA et al., 2005). Embora estas AP tenham como alvo a redução do desmatamento, objetivo que pode não estar se cumprindo[21], elas também servem como garantia de acesso à terra para uma população tradicional que historicamente sofre com casos de grilagem de terras e expulsão. Cabe destacar que nas APs da Terra do Meio, parte das ameaças é originada por habitantes de fora delas, às vezes, vivendo em longínquos centros urbanos do Tocantins e Goiás, e não pelos residentes, como por exemplo, proprietários de terra, políticos de diversas esferas e gestores públicos de órgãos estatais (DAGNINO, 2014).

A maior parte das APs de Altamira e São Félix do Xingu foi criada nos anos recentes, sendo que apenas sete das 23 foram criadas antes do ano 2000, e com áreas em mais de um município – em relação ao foco desse trabalho, apenas 12 estão totalmente contidas nos limites de ATM e SFX. Segundo dados calculados por Dagnino (2014), das três APs que não possuíam população em 2010 – PARNA Serra do Pardo, TI Arara, TI Badjonkore –, somente a primeira, localizada em parte dentro de ATM e parte em SFX, pertence ao grupo das UCs de Proteção Integral, que não prevê população residente, apesar de, nesse Parque, ter sido registrada uma população de cerca de 300 pessoas em 2007. A ausência de população residente em território de ATM e SFX dentro das outras duas Terras Indígenas pode indicar que: (a) existe população residente nas TIs, mas estão nos territórios dos municípios vizinhos (TI Arara está dentro de Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará e TI Badjonkore está dentro de SFX e Cumaru do Norte); (b) os dados de população não parecem ter boa qualidade, sendo que esta ausência de população pode ser atribuída à má qualidade na coleta de dados.

[21] Em relação ao papel das AP na redução do desmatamento na região, parece não haver um consenso no meio acadêmico. De um lado, o trabalho de Soares-Filho et al. (2010) aponta duas UCs da TDM, a Estação Ecológica da Terra do Meio (ESEC-TDM) e o Parque Nacional da Serra do Pardo (PARNA-SP), como exemplos notáveis de redução do risco de desmatamento. De outro, Carrielo (2007, p. 2395) aponta que na Terra do Meio, o desmatamento não recrudesceu após a criação das UC, mas ficaram de acordo com os índices encontrados na literatura para a região, do Pará e da Amazônia Legal.

Mapa 2 – Municípios de ATM e SFX: Áreas protegidas e População urbana nos setores censitários, 2010.



Fonte: Censo 2010 (IBGE, 2011a). Organização: Autor, 2015.

De alguma forma, essa malha, programada para conservar a biodiversidade e garantir a sociodiversidade, se assemelha à especulação realizada pelos empreendimentos privados, só que, neste caso, trata-se de uma especulação realizada pelo Estado, como mencionada por Sawyer (1984). Nesse sentido, a natureza intocada existente nos parques e reservas podem servir, realmente, como especulação, no sentido que uma reserva poderá ser usada no futuro para outros propósitos que não a conservação, como por exemplo, a exploração de fármacos.

Muitas estradas da Amazônia também foram pensadas sob a lógica especulativa. O Governo Federal projetava algumas estradas não com o intuito de construí-las, como seria de se esperar, mas objetivando a federalização de áreas estaduais e criação de reserva de terras. Foi assim durante quase duas décadas, período entre a aprovação do decreto-lei 1.164 (BRASIL, 1971) que permitia a federalização das áreas de entorno de estradas e o decreto 2.375 (BRASIL, 1987) que o revogou. Mesmo que as estradas federais não saíssem do papel, as terras situadas na faixa de 100 quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal eram destinadas para a União (SCHMINK; WOOD, 2012, p. 220). Dessa forma, o Governo Federal incorporou áreas estaduais utilizando esta artimanha jurídica que resultou na maior usurpação da autoridade estadual em toda história moderna do país (SCHMINK; WOOD, 2012, p. 433).

Dentre os exemplos da aplicação dessa lei (BRASIL, 1971) nos municípios estudados estão duas rodovias federais projetadas, sendo que uma delas se liga a uma rodovia estadual planejada, todas elas passando por onde atualmente existem Áreas Protegidas (Figura 2):

(1) a BR-158, que ligaria o município matogrossense de Barra do Garças a Altamira, com extensão aproximada de 1.600 km (BRASIL, 1976), passando por onde hoje se localiza a sede municipal de Ourilândia do Norte e a Vila Lindoeste, de São Félix do Xingu, e áreas à leste da Vila Ladeira Vermelha, pertencente ao mesmo município. A faixa de 100 km desta rodovia engloba áreas atualmente pertencentes às TIs Kayapó, Apyterewa, Trincheira Bacajá, Araweté Igarapé Ipixuna, Koatinemo, Kararaô e Arara.

(2) a BR-235, que atravessaria o sul do território de ATM e SFX, ligando duas rodovias existentes – a BR-163 em Novo Progresso com a PA-235, na Vila Casa de Tábua, Município de Santa Maria Barreiras – com uma outra rodovia planejada, mas desta vez a estadual PA-167, que ligaria a BR-235 com a BR-230, na sede municipal de Altamira. A faixa de 100 km lateral da BR-235 engloba atualmente as TIs Badjonkore, Kayapó, Menkragnoti, Panará e REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo. A PA-167, embora não se saiba se existia uma lei determinando a reserva das terras nas margens das rodovias estaduais planejadas, acabou dando lugar ao que hoje é conhecido como o mosaico de Áreas Protegidas da Terra do Meio, além das TIs Kararaô e Menkragnoti.

Por fim, as rodovias planejadas nos anos da ditadura militar na Amazônia, antes das legislações ambientais mais rigorosas que passaram a exigir licenças prévias, de instalação e de operação, acabaram por garantir a federalização das terras e a transformação delas em reservas e facilitou a criação do que hoje se considera por Áreas Protegidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo que envolve o avanço do homem, da sociedade e do Estado sobre os espaços amazônicos está associado ao uso e à regulação desses espaços. Desta associação resulta que os processos de ocupação humana e complexificação das redes do território na Amazônia ocorram de forma distinta do que ocorre em outras regiões brasileiras.

Embora os processos de ocupação, ocorridos ao longo do tempo, tenham sido de certa forma semelhantes – em função das próprias características históricas brasileiras –, eles resultaram em situações diferentes, que se materializam em realidades distintas entre si. Sobretudo quando se destaca a importância da visibilidade das populações que habitam os espaços intramunicipais e, sobretudo, os espaços protegidos que são marcantes na Amazônia Legal. Um olhar atento para esses espaços permite notar o crescimento da população indígena que ocorreu nas áreas urbanas de Altamira e o papel de atração, mesmo que temporária, que as cidades exercem sobre as populações rurais indígenas e tradicionais.

Nesse sentido, um olhar atento para a urbanização da Amazônia deve estar no centro da agenda para o futuro da Amazônia (BECKER, 2013). Esta deve ser pensada sobre as bases da conservação e o respeito à sociobiodiversidade e não mais como fonte de recursos minerais, vegetais e energéticos. Assim, uma das propostas é colocar a malha programada (BECKER, 1999) a serviço da sociobiodiversidade, visando a construção de uma inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais (MDA et al., 2009, p.9). Nesse viés, outras regiões da Amazônia poderiam se espelhar no que ocorre nesses dois municípios, lembrando que eles abrigam 23 Áreas Protegidas, as quais, por sua vez, ocupam 200 mil quilômetros ou 85% da área total. Nestas Áreas Protegidas, deve-se destacar que sua pouca ocupação em relação ao peso da população municipal não as desqualificam no processo de conservação da natureza e dos modos de vida tradicionais. Pelo contrário, as populações indígenas e tradicionais que ocupam estas áreas estão cada vez mais preparadas para proteger suas terras e lutar contra as ameaças externas.

Por fim, um ponto importante dessa agenda para a Amazônia é ter consciência que se trata de uma região onde o desenvolvimento deve ser cuidadosamente planejado e monitorado: “Considerações ambientais devem ser os balizadores das ações. Com o tempo, será reconhecido que o Brasil teve sorte de começar o desmatamento em tempos de consciência ambiental” (HOGAN et al., 2010, p. 73).

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. N. **Amazônia: proteção ecológica e desenvolvimento com o máximo de floresta-em-pé**. (p. 131-190). In: AB'SÁBER, A. N. Amazônia: do discurso à práxis. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996a. 319p.

AB'SÁBER, A. N. **Documentos de crítica e contestação**. (p. 223-235). In: AB'SÁBER, A. N. Amazônia: do discurso à práxis. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996b. 319p.

AMARAL, S.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. Análise Espacial do Processo de Urbanização da Amazônia - **Relatório Técnico**. São José dos Campos, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2001.

AUBERTIN, C.; LÉNA, P. **Apresentação**. In: AUBERTIN, C. (Org.) Fronteiras. Brasília, UNB/ORSTROM, 1988.

AZEVEDO, M. Na minha gestão foram sete lideranças Guarani assassinadas. Carta Capital, Blog do Felipe Milanez, 01 de outubro de 2013. **Entrevista** concedida a Felipe Milanez.

BAENINGER, R. Expansão, Redefinição ou Consolidação dos Espaços da Migração em São Paulo? Análises a partir dos primeiros resultados do Censo 2000. **In**: XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Ouro Preto, 2002.

BARBIERI, A. **Uso antrópico da terra e malária no norte de Mato Grosso**, 1992 a 1995. Dissertação (Mestrado em Demografia). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2000.

BECKER, B. **Amazônia – Geopolítica na virada do III Milênio**. Rio de Janeiro, Ed. Garamond, 2007.

BECKER, B. Fronteira e urbanização repensadas. **Revista Brasileira de Geografia,** v. 47, n.3/4, 1985, p. 357-371.

BECKER, B. Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia. **Revista TERRITÓRIO**, v. IV, n. 6, 1999.

BECKER, B. **Síntese do processo de ocupação da Amazônia**: lições do passado e desafios do presente. (p. 5-28). In: Ministério do Meio Ambiente. Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia. Brasília: MMA, 2001. 436p.

BECKER, B. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BECKER, B. **A urbe amazônida**: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro, Garamond, 2013.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do impôsto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Brasília, 1970.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de Abril de 1971. Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências. Brasília, 1971. (Revogado pelo Decreto-Lei nº 2.375, de 24.11.1987).

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.473, de 13 de Julho de 1976. Altera o Decreto-lei nº 1.164, de 1 de abril de 1971. Brasília, 1976.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2375, de 24 de Novembro de 1987. Revoga o Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, dispõe sobre terras públicas, e dá outras providências. Brasília, 1987.

BRUM, E. O povo do meio. Época, edição 333, 4 de outubro de 2004.

CARDOSO, A.; LIMA, J. Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem? **In**: CARDOSO, A. (org.) Urbano e o Rural na Amazônia. Diferentes Olhares em Perspectivas. Belém: Edufpa, 2006, pp. 55-93.

CARRIELO, F. Terra do meio: análises de desflorestamento antes e após a decretação das Unidades de Conservação e de Terras Indígenas – Resultados Preliminares. **In**: Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. Florianópolis, 2007. (p. 2389-2396).

CASTRO, E.; MONTEIRO, R.; CASTRO, C. Atores e Relações Sociais em novas fronteiras na Amazônia: Novo Progresso, Castelo de Sonhos e São Félix do Xingu. **Relatório técnico**: Estudo sobre dinâmicas sociais na fronteira, desmatamento e expansão da pecuária na Amazônia. Belém: Banco Mundial, julho de 2002, 152 p.

CORRÊA, V. **Fronteira da exploração mineral na Amazônia**: o setor mineral e a dinâmica demográfica da mesorregião sudeste paraense. Dissertação (Mestrado em Demografia). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2011.

CUNHA, J. A migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. **Parcerias estratégicas**, n. 22, p. 381 – 428, 2006.

CUNHA, J.; BAENINGER, R. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. **Cadernos do CRH**, v. 18, n. 43, p. 87-101, 2005.

DAGNINO, R. **Dinâmica demográfica e indicadores socioeconômicos em escala intramunicipal: Municípios de Altamira e São Félix do Xingu, Estado do Pará, entre 2000 e 2010**. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: UNICAMP, 2014.

DAGNINO, R.; SAIFI, S. E. Conflitos pela terra na Amazônia: o caso da região sudeste do Pará. **ComCiência**, v. 133, p. 72, 2011.

DAGNINO, R.; SAIFI, S. E.; LOMBARDI, T.; CARMO, R.; DANTONA, A. A ação dos atores envolvidos no processo de criação de Unidades de Conservação na região da Terra do Meio (Estado do Pará). **In**: Anais do V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Florianópolis, 2010.

ESCADA, M.; VIEIRA, I.; AMARAL, S.; ARAÚJO, R.; AGUIAR, A. P. D.; VEIGA, I.; OLIVEIRA, M.; PEREIRA, J. L. G.; FEARNSIDE, P. M.; VENTURIERI, A.; CARRIELO, F.; MONTEIRO, A.; CAMARA, G.. Padrões e Processos de Ocupação nas Novas Fronteiras da Amazônia: Apropriação Fundiária e Uso da Terra no Xingu/Iriri. **Estudos Avançado**s, v. 19, n. 54, p. 9-23, 2005.

GUEDES, C. Relatório de apresentação das características socioeconômicas do território da BR163 PA. Itaituba, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), dezembro de 2005.

HOGAN, D.; D'ANTONA, Á.; CARMO, R. **Dinâmica Demográfica Recente da Amazônia**. In. BATISTELA, M.; MORAN, E.; ALVES, D. (Orgs.) Amazônia: Natureza e Sociedade em Transformação. São Paulo: Ed. USP, 2008. (p. 71-116).

HOGAN, D.; MARANDOLA JR., E.; OJIMA, R. **População e Ambiente**: desafios à sustentabilidade. São Paulo, Edgard Blucher, 2010.
IBGE. **Censo Demográfico 2000** - Agregado por Setores Censitários dos Resultados do Universo. 2 ed. Documentação do Arquivo. Rio de Janeiro, 2003.

IBGE. **Base de informações do Censo Demográfico 2010**: Resultados do Universo por setor censitário. IBGE, Rio de Janeiro, 2011a.

IBGE. **Documentação do Arquivo**: Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário. IBGE, Rio de Janeiro, 2011b.

MARTINE, G. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 11, n. 1, 1994, pp. 41-60.

MARTINE, G; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População,** v. 1, n. 1/2, p. 99-143, 1984.

MARTINE, G.; TURCHI, L. A urbanização da Amazônia: realidade e significado. In: VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, v. 2, p. 161-189. ABEP, 1988.

MARTINS, J. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário; MMA - Ministério do Meio Ambiente; MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Plano nacional de promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade. Brasília, julho de 2009.

MONTE-MÓR, R. **São Félix do Xingu**: o avanço da fronteira amazônica e um novo espaço em formação. Belo Horizonte, Cedeplar, 1984. Apud SCHMINK, M.; WOOD, C. Conflitos sociais e a formação da Amazônia. Belém, Ed. UFPA, 2012. [Primeira edição em inglês: 1992]

MONTE-MÓR, R. **Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental**. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.; SILVEIRA, M. (Org.) Território: globalização e fragmentação (pp. 169-181). São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

OLIVEIRA, L. Perfil das condições de vida na Amazônia. Cadernos de Estudos Sociais. v. 12, n. 2, 1996. p. 181-201.

PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M.; SANTOS, R. **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

RIBEIRO, A.; CASTRO, E**. Lei sobre gestão de florestas públicas e impactos na BR-163**. In: CASTRO, Edna (Org.). Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão. Belém, NAEA, 2008. (p. 189-222).

SAIFI, S. E.; DAGNINO, R. Questões atuais de população e ambiente na Amazônia brasileira: o contexto da Terra do Meio (Estado do Pará). **In**: IV Congresso da Associação Latino Americana de População, La Habana, 2010.

SAIFI, S. E.; DAGNINO, R. Grandes projetos de desenvolvimento e implicações sobre as populações locais: o caso da usina de Belo Monte e a população de Altamira, Pará. **In**: 2ª Conferência do Desenvolvimento. Brasília, IPEA, 2011.

SANTOS JÚNIOR, R.; CASTRO, E.; ROCHA, G.; SÁ, M.; MATHIS, A.; MONTEIRO, M.; PUTY, C.; MONTEIRO, R.; CANTO, O.; BENATTI, J. **Estado e sociedade na BR 163: desmatamento, conflitos e processos de ordenamento territorial**. In: CASTRO, Edna (Org.). Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão. Belém, NAEA, 2008. (p. 13-83).

SAUER, S. **Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense**. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005. 170p.

SAWYER, D. Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil: ensaio de interpretação estrutural e espacial. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v. 1, n.1/2, p. 3-34, 1984.

SCHMINK, M.; WOOD, C. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: UFPA, 2012. [Primeira edição em inglês: 1992].

SEVÁ FILHO, A. O. Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera e hidrelétrica nas Amazônias. I**n**: I Seminário Nacional sobre Desenvolvimento e Conflitos Ambientais. Belo Horizonte, UFMG, 2008.

SEVÁ FILHO, A. O. (Org.). **Tenotã-Mõ: Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: International Rivers Network, 2005.

SIMONI, A.; DAGNINO, R. Dinâmica demográfica da população indígena em áreas urbanas: o caso da cidade de Altamira, Pará. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 33, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-30982016a0020>. Acesso em: 10 out. 2016.

SIMONI, A. T. **Demografia e identidade do povo Xipaya no Médio Rio Xingu, PA**. Dissertação (Mestrado em Demografia). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2013.

SOARES-FILHO, B.; MOUTINHO, P.; NEPSTAD, D.; ANDERSON, A.; RODRIGUES, H.; GARCIA, R.; DIETZSCH, L.; MERRY, F.; BOWMAN, M.; HISSA, L.; SILVESTRINI, R.; MARETTI, C. **Role of Brazilian Amazon protected areas in climate change mitigation**. PNAS, 107, 24, p. 10821-10826, 2010.

THÉRY, H.; MELLO, N.; HATO, J.; GIRARDI, E. **Atlas do trabalho escravo no Brasil. São Paul**o: Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, 2012.

WOOD, C.; CARVALHO, J. A. **Demografia da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. (1 ed. em inglês: 1988).